



Defensoria Pública  
do Estado do Paraná

1º Termo Aditivo – protocolo nº 14.708.473-0

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2017, proveniente do Termo de Inexigibilidade nº 001/2017 – celebrado entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e WIDE WEB SYSTEMS – WWSYS LTDA - ME.

Pelo presente instrumento, tendo de um lado a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ/MF nº 13.950.733/0001-39, com sede localizada à Rua Cruz Machado, 58 - Centro, nesta capital, neste ato representado pelo Defensor Público-Geral, **Dr. SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA**, RG nº 874.531-5 e CPF nº 186.034.919-68, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **WIDE WEB SYSTEMS – WWSYS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sobe o nº 06.101.150/0001-78 e com sede na Rua José Pontes de Magalhães, nº 70, edf. Espanha, salas 402, Jatiúca, CEP 57036-850, Maceió/AL, representada pelo Diretor de Projetos, Sr. **FABRÍCIO JOSÉ FARIAS DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº 007.959.404-24., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, acordam em celebrar o 1º termo aditivo ao contrato nº 001/2017, celebrado em 26 de maio de 2017, de acordo com a Lei nº 8.666/93 aplicáveis, no que couber, ao presente instrumento, e de conformidade com as cláusulas a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL**

1.1 – Em razão da sexta alteração contratual promovida pela **CONTRATADA**, no Contrato nº 001/2017, onde consta:

**CONTRATADA:** A empresa **WIDE WEB SYSTEMS – WWSYS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sobe o nº 06.101.150/0001-78 e com sede na Rua José Pontes de Magalhães, nº 70, edf. Espanha, salas 402, Jatiúca, CEP 57036-850, Maceió/AL, representada pelo Diretor de Projetos, Sr. **FABRÍCIO JOSÉ FARIAS DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº 007.959.404-24.

Fica alterado para:

**CONTRATADA:** A empresa **AUDORA TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sobe o nº 06.101.150/0001-78 e com sede na Rua José Pontes de Magalhães, nº 70, edf. Espanha, salas 402, Jatiúca, CEP 57036-850, Maceió/AL, representada pelo Diretor de Projetos, Sr. **FABRÍCIO JOSÉ FARIAS DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº 007.959.404-24.

Página 1 de 2



Defensoria Pública  
do Estado do Paraná

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato originário e termos aditivos celebrados entre as partes, ressalvadas aquelas modificadas por este Termo.

E, por estarem às partes justas e acordadas através de seus representantes, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Curitiba, 7 de JUNHO de 2017.

**Sérgio Roberto Rodrigues Parigot de Souza**  
Defensor Público Geral do Estado do Paraná

**Fabrício José Farias dos Santos**  
Diretor de Projetos – WWSys

**Testemunhas:**

Nome: GUILHERME FURQUIM  
RG: 847498-2

Nome: Daniel F. Syroziński  
RG: 6969676-7

## Serviço Social Autônomo

### PARANACIDADE

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO  
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

#### PORTARIA Nº 007/2017

O Superintendente do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE no uso de suas atribuições legais, resolve, pela presente portaria:

1º) Designar o empregado JOÃO PAULO RIBEIRO SANTANA, Coordenador do Escritório Regional de Ponta Grossa, CPF nº 007.650.559-61, como FISCAL RESPONSÁVEL pelo Convênio 02/2017 celebrado entre SEDU/PARANACIDADE e o Município de Arapoti, nos termos do artigo 21, § 2º da Resolução 28/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

2º) A designação é feita sem prejuízo das demais atribuições da função, não fazendo jus a qualquer gratificação ou vantagem adicional.

#### NOTIFIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Superintendência do PARANACIDADE, em 23/06/2017.

Carlos Roberto Massa Junior

Superintendente do PARANACIDADE

64274/2017

## Defensoria Pública do Estado

Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPPR  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2017, PROVENIENTE DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017

Protocolo nº 14.14.708.473-0

Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e AUDORA TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME.

Objeto: Em razão da sexta alteração contratual promovida pela CONTRATADA, restou alterada a denominação desta, o que gerou necessidade de modificação da qualificação da mesma no Contrato nº 001/2017, celebrado com a Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Assinatura: 07 de julho de 2017.

SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA  
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

64615/2017

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (ÓRGÃO GERENCIADOR) E DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (ÓRGÃO TITULAR)

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRO, PUBLICADO NO DIOE EM 06/07/2017, EDIÇÃO 9960, FOLHA Nº 28.

Protocolo nº 14.411.337-3

Onde se lê: EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA/2016, leia-se: EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA/2017.

64385/2017

## Ministério Público do Estado do Paraná

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA  
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2017-MP/PGJ  
AVISO DE LICITAÇÃO

1-Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de proteção e segurança e de sinalização visual, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. 2- Abertura: dia 2 de agosto de 2017 às 09h00 (horário de Brasília). 3- Local: site do Banco do Brasil S/A ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)). 4 - Edital e Informações Complementares: Poderão ser obtidas no site do Ministério Público do Estado do Paraná - [www.mppr.mp.br](http://www.mppr.mp.br) e no site do Banco do Brasil S/A - [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). Curitiba, 18 de julho de 2017.

64511/2017

#### Extrato da Dispensa de Licitação

PROTOCOLO: 14232/2017 - DISPENSA: 297/2017

CONTRATADO: Confiare – Sistema de Alarmes Ltda. - ME.

CNPJ: 08.869.346/0001-32.

OBJETO: Prestação de serviços de apoio e monitoramento eletrônico à distância, durante 24 horas, todos os dias do mês, no imóvel onde está instalado o GAECO de Ponta Grossa/PR, à Rua Visconde de Mauá, nº 376, com base no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/93 (Parecer NAJ nº 2.315/2017).

DOT. ORÇAMENT.: 0960.03091434.011 - Subelemento de Despesa: 3390.3977. VALOR MENSAL: R\$ 100,00 (cem reais).

AUTORIZAÇÃO: Rafael Kotaka - 2º Coordenador Executivo da SUBADM.

64174/2017

#### Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato

PROTOCOLO: 16393/2016 - PE: 31/2016 - CONTRATO: 70/2017.

CONTRATADO: Tecnoflex Indústria e Comércio da Mobiliária Ltda.

CNPJ: 80.170.897/0001-30

OBJETO: Prorrogação do prazo para apresentação de protótipo *in loco* a contar da comunicação formal pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura sobre a liberação do espaço.

AUTORIZAÇÃO: Eliezer Gomes da Silva - Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, em exercício.

64386/2017

## Conselhos

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ  
EDITAL DE CENSURA PÚBLICA  
CD TATIANA APARECIDA NATAL - CRO/PR 17538

Em decorrência da decisão proferida pelo Conselho Regional de Odontologia do Estado do Paraná (CRO/PR) nos autos do Processo Ético nº 65/2014, contido no teor do acórdão lavrado transitado em julgado, sem interposição de recurso, faz saber que foi aplicada a CD TATIANA APARECIDA NATAL - CRO/PR 17538 a pena de Censura Pública em Publicação Oficial cumulada com pena pecuniária de 05 (cinco) anuidades por infração aos Artigos 11, II, IV e VI e Art. 32, VII do Código de Ética Odontológica (Res. 118/2012). A presente publicação decorre dos termos do Artigo 51, inciso III e Art. 57 do Código de Ética Odontológica - Resolução 118/2012. Curitiba (PR), 11 de julho de 2017. Aguinaldo Coelho de Farias, CD-Presidente do CRO/PR.

64436/2017

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ  
Edital com prazo de trinta dias para notificação do(a) CD DAVID HENRIQUE NARLOCH - CRO/PR 17474

O Presidente deste CRO/PR, com sede na Avenida Manoel Ribas, 2281 - Mercês - nesta Capital, na forma da lei: Faz saber ao CD DAVID HENRIQUE NARLOCH - CRO/PR 17474, em virtude da ausência de notificação via AR, que em sessão plenária do dia 16/12/2016, foi julgado o processo ético nº 117/2013 com base nos Artigos 9, I e II e Art. 32, VII do Código de Ética Odontológica (Resolução 118/12). Tendo ele, portanto o prazo de trinta (30) dias a contar da data da publicação deste para, caso queira, apresentar interposição de recurso. Curitiba, 14 de junho de 2017. Aguinaldo Coelho de Farias, CD-Presidente do CRO/PR.

64434/2017